



Rubens Ponha Cysno*

Copom com metas fiscais

Por que continuar crescendo somente 2,11% ao ano?

A política macroeconômica brasileira opera hoje em dia, majoritariamente, em função do contexto definido pelo Decreto-lei 3.088, de junho de 1999, que deu origem ao "método dos dois alvos". O primeiro alvo consiste na meta de inflação, fixada pelo Conselho Monetário Nacional por proposta do ministro da Fazenda. O segundo alvo, estabelecido pelo Comitê de Política Monetária (Copom), é a taxa de juros no mercado interbancário. Operacionalmente, controla-se a oferta de reservas bancárias de forma que a taxa de juros de empréstimos entre bancos se situe ligeiramente acima daquela que seria determinada pelo nível de inflação esperada.

A política está incompleta e precisa ser modificada; não por extinção, mas por inclusão. Não faz sentido que o Ministério da Fazenda estipule metas de inflação a serem obtidas exclusivamente através da política monetária, sem prover as condições fiscais para que tais metas sejam atingidas com bom senso macroeconômico. Não adianta as metas estarem certas em termos de inflação, mas erradas em termos de Brasil.

Mais, com câmbio flexível, maiores despesas públicas implicam redução de mesma ordem no saldo das exportações sobre as importações, desorganizando as contas externas. As metas públicas de inflação repassadas pelo Ministério da Fazenda ao Banco Central devem necessariamente se fazer acompanhar de metas fiscais públi-

cas repassadas pela sociedade e pelo presidente da República ao Ministério da Fazenda.

Não precisamos de mais discussões sobre conceitos de déficits. Mas sim de uma fixação plurianual de desvinculação de receitas e de redução dos gastos de consumo do governo (que, nas três esferas, excluindo-se Previdência, passaram de 10% do PIB em 1980 para 20% do PIB mais recentemente) macroeconomicamente coerentes com as metas de inflação.

Argumentar-se-á que tais objetivos dependem de aprovações no Congresso, de injunções políticas, etc. Isto não interessa à sociedade. A sociedade quer empregos, cabendo ao Executivo criar condições para que estes sejam criados. Por que continuar crescendo 2,11% ao ano, como desde 1980, se entre 1900 e 1980 crescemos 5,68% ao ano? Ademais, quem disse que o BC também não tem que se sujeitar a pressões políticas na fixação das taxas de juros para a consecução dos objetivos ditados pela Fazenda?

Das duas metas pertinentes ao "método dos dois alvos", destacado acima, apenas a primeira embute uma escolha social. Uma vez fixada a meta de inflação, as decisões do Banco Central são técnicas, em função de um objetivo a ser cumprido. Isto implica, obviamente, que toda a discussão pública ao longo do ano a respeito das reuniões do Copom deveria ser efetuada quando da divulgação das metas de inflação. Curiosa-

mente, entretanto, as novas metas de 4,5% para 2006 e 2007 divulgadas, respectivamente pelas Resoluções 3.210 e 3.291, de junho de 2004 e junho de 2005, que baixam em um ponto percentual a meta de 2004, não geraram nem fração das discussões públicas mensais sobre as reuniões do Copom.

Sem metas fiscais publicamente definidas e coerentes com os objetivos da Lei 3.088, estamos fixando metas de inflação e de crescimento como criamos a Constituição de 1988: fechando os olhos e escrevendo "declarações de desejos". Tal como a atual crise política, cuja origem básica remonta a leis irrealistas de financiamento de campanhas, este fato deriva da índole nacional de legislar a criação do nirvana coletivo.

Estimativas técnicas mostram que 1% de subida de taxa de juros do Copom implica uma queda inicial de produto entre 0,04% e 1,0%. Em um horizonte de quatro anos, o ciclo gerado por tal ação implica uma queda acumulada de produto entre 0,04% e 0,25%. Com a redução dos gastos de consumo do governo para os níveis existentes ao início dos anos 80, entretanto, poderíamos controlar a inflação em 4,5% sem a necessidade de desorganizar o setor exportador e de remunerar tão soberbamente os credores do Estado brasileiro. Estamos jogando dinheiro janela fora e fronteira afora.

* Professor da Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV.